

INTERPRETAÇÕES SOBRE A GLOBALIZAÇÃO E A LÓGICA ATUAL DO CAPITAL: UMA RESENHA TEÓRICO-CRÍTICA (*)

RICARDO CARLOS GASPAR (**)

Resumo: O artigo visa compilar criticamente algumas concepções e interpretações teóricas relevantes sobre a globalização e a lógica atual do capital, e conclui pela continuidade do rol protagonístico do sistema interestatal e pela assunção de um novo padrão de acumulação no capitalismo contemporâneo, embora os limites estruturais desse sistema e a impossibilidade de se lograr uma autêntica universalização, integral e socialmente fundamentada, sigam prevalecendo.

1. Introdução

Conceituar a globalização e definir suas características básicas abrange um amplo espectro de posicionamentos teóricos, com evidentes ramificações práticas, que situam-se desde a apologia pura e simples dos novos métodos empresariais e recursos produtivos até a postura crítica que ora nega a novidade essencial dos procedimentos em jogo, ora os vincula a uma nova etapa de um modo de produção cujas determinações e motivações imanescentes continuam em plena vigência.

É importante notar, preliminarmente, que o conceito de globalização está intimamente ligado a uma visão de mundo, ou seja, uma caracterização do presente vivido e do vir-a-ser da realidade contemporânea em seus múltiplos aspectos. Esta é a razão pela qual, na abordagem que se segue, algumas vezes nem mesmo o termo "globalização" aparece como eixo central da análise, mas sim outras características que definiriam os novos tempos com maior precisão (segundo seus mentores), como mudanças de cunho tecnológico ou cultural.

Também é mister observar que os teóricos vinculados a distintas concepções de mundo e da globalização são por nós agregados, a seguir, de uma maneira algumas vezes arbitrária, não existindo, em todas as ocasiões, correspondência estrita do pensamento integral do investigador com a "classificação" por nós estabelecida; esta última tem o principal objetivo de oferecer um leque mais ou menos amplo de posicionamentos teóricos, para isso valendo-nos dos trabalhos de distintos pesquisadores que exemplificam (nas passagens ou nos textos selecionados, não necessariamente no conjunto de sua obra) as posturas em exame.

2. Conceituação

Uma primeira aproximação ao conceito de globalização pode ser obtida através de Milton Santos, para quem

"A globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em 'sistema-mundo' de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos. Nesse sentido, com a unificação do planeta, a Terra torna-se um só e único 'mundo' e assiste-se a uma refundição da 'totalidade-terra' " (Santos: 1996, 48).

Para o autor, a globalização não consiste apenas uma nova etapa da formação capitalista, mas uma "nova fase da história humana", e "constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea" (ídem, 48)

A base dessa mudança é a "tecnociência", unificando a natureza em benefício de firmas, Estados e classes hegemônicas (ídem, 19).

Se, para Santos, a novidade é a passagem do internacional ao mundial ("O mundo começou a ser internacional nos séculos XV, XVI, e só virou mundial agora" - ídem, 178-9), e a totalização que caracteriza a globalização contemporânea tornou-se um dado empírico, Hobsbawm também corrobora essa idéia, ao considerar que a economia mundial da Era de Ouro (os anos compreendidos entre o pós-2ª Guerra e o final dos 60) continuou sendo mais internacional que transnacional, com o mercado interno dos países constituindo o eixo da acumulação de capital, e estabelece, com maior precisão, os aspectos sobre os quais se fundou a transnacionalização da economia que, a partir dos anos 70, transformou-se em uma força global efetiva: a) a hegemonia das empresas transnacionais; b) uma nova divisão do trabalho, e c) a formação do mercado financeiro 'off-shore'" (Hobsbawm: 1995, 271-3).

A propósito das empresas transnacionais, Hobsbawm afirma que essas organizações expandiram-se desde a década de 50; e o que teria mudado agora foi a *escala* abrangente de operação dessas firmas, levando-nos a questionar o caráter dessa mudança, pois uma alteração de escala não equivale a uma transformação da *natureza* da ação das organizações empresariais. Uma abordagem com a qual concordamos e que, no nosso entender, guarda maior proximidade com os fatos verificados no passado recente, pensa a mundialização (termo por nós utilizado como sinônimo de globalização) "como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas" (Chesnais: 1996, 32). Aqui existe uma clara delimitação histórica do fenômeno - situando-o nos marcos da internacionalização do

capital - e, também, uma precisa demarcação territorial, abarcando aqueles países ou regiões ativos em seus mecanismos de interação.

Para Theotonio dos Santos, a base material que define a natureza das mudanças contemporâneas só pode ser devidamente compreendida a partir do conceito de Revolução Científico-Técnica, um estágio superior do desenvolvimento das forças produtivas caracterizado, principalmente, pela conversão decisiva da esfera produtiva em campo de aplicação do conhecimento científico, assim como pela dependência deste em relação à ciência pura, básica (Dos Santos:1983, caps. I e III; ídem: 1993, cap. 2). O novo papel que o conhecimento científico ocupa na organização das atividades produtivas articula, para o autor, mudanças particulares - a transformação no padrão de industrialização, a criação de uma "sociedade pós-industrial", representada pela emergência dominante do moderno setor terciário, e a relevância dos fenômenos culturais - numa visão integrada e totalizante.

Por seu turno, a perda de autonomia de boa parte dos governos e dos Estados nacionais na condução de suas políticas econômicas internas não é considerada, por Chesnais, um fenômeno natural e irreversível, derivado da mundialização do capital, mas, antes de mais nada, fruto de uma intervenção política ativa dos Governos Thatcher e Reagan, como também dos governos que aceitaram não resistir a eles, e, por outro lado, resultado da implementação de estratégias de privatização, desregulamentação e liberalização, que fizeram explodir os entraves à plena liberdade do capital financeiro e dos grandes grupos empresariais de agir, à sua maneira e onde lhes for conveniente (Chesnais: 1996, 34).

Por fim, uma visão da globalização que a relaciona aos fenômenos econômicos contemporâneos é-nos fornecida por Gonçalves:

"(...) globalização pode ser definida como a interação de três processos distintos, que têm ocorrido ao longo dos últimos 20 anos, e que afetam as dimensões financeira, produtiva-real, comercial e tecnológica das relações econômicas internacionais. Estes processos são: a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados internacionais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais" (Gonçalves: 1998, 136).

Quanto à questão dos determinantes da globalização, o mesmo autor enfatiza, com propriedade, a predominância de um fator sistêmico para explicar a especificidade do grande avanço atual dos processos de internacionalização do capital e de expansão financeira: a crise de realização da produção nos países desenvolvidos. Assim o autor se expressa:

"Os determinantes da globalização podem ser agrupados em três conjuntos de fatores: tecnológicos, institucionais e sistêmicos.

O primeiro conjunto de determinantes da globalização econômica refere-se aos *desenvolvimentos tecnológicos* associados à revolução da informática e das telecomunicações"

"O segundo determinante refere-se aos fatores de ordem *política e institucional* referenciados à ascensão das idéias liberais ao longo dos anos 80 (...) O resultado dessa ascensão foi uma onda de desregulamentação do sistema econômico em escala global"

" O terceiro e último conjunto de fatores é de ordem *sistêmica e estrutural*. O ponto central aqui é ver a globalização econômica como parte integrante de um movimento de acumulação em escala global caracterizado pelas dificuldades de expansão da esfera produtiva-real das economias capitalistas maduras. (...) trata-se do problema clássico de realização do capital. Como resultado, há um deslocamento de recursos da esfera produtiva real para a esfera financeira..." (ídem, 140-2; ver também Gonçalves: 1999, 23-35).

De todos esses fatores, o mais importante refere-se ao elemento sistêmico, isto é, a crise de realização da produção nos países desenvolvidos (ídem, 140).

3. Leituras do Real

Iniciamos nossos comentários com a referência a uma posição científica cujo principal manancial teórico remonta a Daniel Bell e à sua caracterização da nova sociedade emergente como "pós-industrial". A transformação verdadeiramente revolucionária da sociedade moderna está associada à aplicação racional do *conhecimento* técnico avançado, que supera a antiga primazia da natureza e dos instrumentos e objetos (a técnica produtiva) sobre o pensamento e a conduta dos homens (Bell: 1976, 448). Tal fato deve-se ao desenvolvimento da tecnologia da informação e sua utilização potencial em todos os domínios da vida, abrindo horizontes ilimitados ao progresso do conjunto da humanidade.

Alguns de seus epígonos contemporâneos mais credenciados, como Rifkin, Drucker, Bridges e Castells, vinculam o reconhecimento da sociedade atual, marcada pela proeminência da informação e do conhecimento sobre outras esferas da ação humana, como uma era radicalmente nova e original da evolução social, com a preocupação sobre seus desdobramentos e implicações econômicas, políticas e ambientais.

Na visão de Rifkin:

"(...) se os dramáticos ganhos de produtividade da revolução tecnológica não forem

compartilhados, mas sim usados principalmente para melhorar os lucros da empresa, para o benefício exclusivo dos acionistas, altos executivos e da emergente elite dos trabalhadores com conhecimento da alta tecnologia, a probabilidade de que a lacuna cada vez maior entre os que têm e os que não têm levará a uma revolução social e política em escala global" (Rifkin: 1995, 14).

O mesmo autor complementa, mais adiante:

"A questão é saber se as tecnologias da Terceira Revolução Industrial concretizarão o sonho dos economistas de uma produção e lucros intermináveis ou se prevalecerá o sonho do povo de maior lazer. A resposta a essa pergunta depende em grande parte de qual dessas duas visões do futuro da humanidade está se fortalecendo o suficiente para arregimentar energia, talento e paixão da próxima geração. A visão dos empreendedores nos mantém presos a um mundo de relações de mercado e considerações comerciais. A Segunda visão, defendida por muitos dos mais conhecidos pensadores americanos utópicos, nos leva a uma nova era, quando as forças comerciais do mercado serão substituídas por forças comunitárias de uma sociedade esclarecida" (ídem, 43-4).

Se Rifkin preocupa-se com o possível surgimento de uma revolução econômica e social e advoga pela estruturação de um Terceiro setor social, Bridges (1995), dentro da ótica da inevitável desapareção dos empregos, postula a estruturação de "organizações pós-emprego" (pp. 160-9), caracterizadas pela gestão flexível, novas relações de trabalho (e não de emprego) desburocratizadas, estruturas de cargos e salários desengessadas e hierarquias simplificadas. As relações de propriedade o controle efetivo da gestão dos empreendimentos e a própria racionalidade do sistema não são questionados, mas sim substituídos por apelos ao bom senso e à necessidade de romper hábitos arraigados e com vetustas instituições (pp. 211 e 241-2), na tentativa de se evitar o pior.

Outro autor que se preocupa com a desapareção dos postos de trabalho mas nela antevê o alicerce de uma nova estruturação social (outra vez o Terceiro setor, o "setor social", "base da cidadania") é o famoso Peter Drucker, para quem estamos adentrando um novo mundo, não socialista e pós-capitalista, tendo como recurso principal o conhecimento e onde coexistirão estruturas transnacionais, regionais, nações estados e até tribais como formas de governo (Drucker: 1997, XIII), com inegável hegemonia das primeiras.

Drucker é fundamentalmente otimista e manifesta com clareza seus pontos de vista, principalmente organizacionais (a mudança no controle acionário das empresas, com a emergência dos fundos de pensão, transforma sua própria natureza, passando a vigorar o "capitalismo dos empregados, sem capitalistas" - pp. 48-9 - e a

similitude de sua caracterização da nova estrutura das organizações - p. 66 - com o conceito de "sociedade em rede" de Castells, que veremos a seguir), afirmando que as mudanças em tela contagiam positivamente o Terceiro Mundo, até pelo próprio interesse dos países desenvolvidos, mas sua fonte, sua motivação e seu contorno ideológico é precisamente identificado: "Os desafios, as oportunidades e os problemas da sociedade e da forma de governo pós-capitalista somente podem ser tratados em sua origem. E esta está no mundo desenvolvido" (Drucker: 1997, XXII).

O conteúdo de nossas eventuais observações críticas a estes e muitos outros autores que passaremos em revista, vale frisar, deve-se precipuamente ao não questionamento dos fundamentos, das causas últimas, dos conteúdos ontológicos da realidade, e sua preocupação quase exclusiva com suas manifestações fenomênicas; isto não implica, de forma alguma, desconsiderar suas importantes contribuições na análise de situações e tendências, assim como suas argutas interpretações e proposições para sanar disfunções do sistema.

Por sua vez, Castells expressa a criação das sociedades em rede como uma autêntica transformação qualitativa da experiência humana:

"A tecnologia de informação possibilita a recuperação descentralizada (das) informações e sua integração simultânea em um sistema flexível de elaboração de estratégias. Essa estrutura internacional permite que pequenas e médias empresas se unam a empresas maiores, formando redes capazes de inovar e adaptar-se constantemente. Assim, *a unidade operacional real torna-se o projeto empresarial, possibilitado por uma rede*, em vez de empresas individuais ou agrupamentos formais de empresas "(Castells: 1999, 186; ver também Dupas: 1999, 46-7, 52 e 181).

A "Era da Informação" que ora adentramos representa, conforme o autor, a autonomia da esfera cultural face às bases materiais da nossa existência; a espécie humana alcança um nível de conhecimento e organização social que lhe permitirá viver em um mundo predominantemente social (atente-se para a proximidade desse pensamento para com a tese principal de Bell, anteriormente exposta), onde a própria natureza é reconstruída como uma forma cultural ideal (daí o sentido de "preservação ambiental"). Mas, conclui Castells, "este não é necessariamente um momento animador porque, finalmente sozinhos em nosso mundo de humanos, teremos de olhar-nos no espelho da realidade histórica. E talvez não gostemos da imagem refletida"(ídem, 505- 6). Acrescentaríamos nós, a essa última assertiva, uma questão muito simples mas essencial, a qual o autor deixa no ar: e o quê essa imagem nos mostra? Esta é, no nosso entender, a resposta que deve ser perseguida e elucidada,

para iluminar os rumos prováveis da sociedade atual.

Uma outra postura teórica - agora já explicitamente relacionada à globalização - pode ser referenciada, mas ou menos diretamente, a uma vertente de pensadores que poderíamos identificar, genericamente, como "pós-modernos". Exemplificaremos a seguir, através de alguns textos-chave, os pontos centrais de uma reflexão teórica que rompe com posturas intelectuais tradicionais, à direita e à esquerda, e oferece uma leitura original do momento vivido e das tendências da contemporaneidade.

Iniciaremos com a resenha crítica do artigo de Paulo-Edgar Resende onde o autor teoriza acerca das atuais transformações da ordem mundial.

Principia Resende com uma paráfrase à metáfora de Gilles Deleuze e Felix Guattari, na delineação das características centrais dos novos tempos:

"Na diagramação da nova ordem mundial (...), ao invés da raiz-árvore [figura típica do velho sistema colonial e da ordem bipolarizada posterior ao Tratado de Yalta, com a 'demarcação em copa, a partir de um tronco central, em relação ao qual remontava cada unidade do sistema'], cuja copa se preestabelece, temos o rizoma-canal, pelo qual circula, sob múltiplas vicissitudes, a globalização pelas regiões. A herança hierárquica dos centros históricos se vê simultaneamente contestada pela *multipolaridade* e, sobretudo, pela transversalidade de *linhas de fuga dos novos movimentos sociais*, embora longe ainda estejamos de vê-lo ultrapassado" (Resende: 1998, 34).

Caberia observar, aqui, a indeterminação da qual se revestem os novos fenômenos: quais seriam suas forças-matrizes, as fontes de seus impulsos decisivos? A quem atribuir os papéis de atores-chave na nova ordem global e onde localizá-los? Se os velhos centros históricos "ainda estão longe de serem superados", como afirmar a "multipolaridade" e as inumeráveis "rotas de fuga de novos movimentos sociais", se aqueles continuam conformando os últimos?

Longe estamos de negar a importância dos novos fenômenos sociais, econômicos e culturais que indubitavelmente alteram, e muito, antigos modos de pensar e práticas instituídas há décadas, senão séculos - reconhecimento, aliás, bem observado por Kumar (1997, 204). Nem tampouco minimizar a relevância de contribuições que, como faz Resende, sacudam a poeira de concepções fossilizadas e introduzam no debate novos e pertinentes questionamentos.

Parece-nos, todavia, que a "renúncia ao pensamento fundante" em prol do "direito à autonomia, à singularização, à diferença" (p.38), a constatação da " 'débâcle' do prometido e pervertido universalismo" (p.39), a afirmação de que "o par trabalho/consumo é substituído por participação/liberdade", apesar de apontar

corretamente o reconhecimento da alteridade, da diferença, do específico e da subjetividade como dimensões marcantes da nova sociabilidade - depois de mais de um século de massificação industrial e da prevalência de um "coletivo" muitas vezes amorfo e sem alma - coloca alguns sérios problemas dos quais trataremos adiante.

A afirmação de que não pode haver ciência universal, pois o objeto é complexo, múltiplo e diverso (e não uno) por natureza - o mundo é uma "colcha de retalhos" (Deleuze) -, contradiz frontalmente a possibilidade de um pensamento totalizante. Concebemos aqui o princípio da *incerteza quântica*, invocado pelo autor, como um limite em última instância ao conhecimento "absoluto" do ser humano e da natureza, mas não a impossibilidade da contínua e sucessiva à *verdade* (conhecimento objetivo) através de um pensamento (reflexão) integrador e universalizante, pois isso implicaria a própria inviabilidade de entender e agir sobre as *causas* conformadoras da realidade atual, que são *estruturais* e *universais*. Em suma, tal negatividade cognoscitiva inutilizaria qualquer veleidade de apreender o ser social na sua verdadeira dimensão *ontológica*.

Do ponto de vista da base material dessas significativas metamorfoses na maneira de ver e analisar os fenômenos do período mais recente, esta vincula-se diretamente ao "movimento mais flexível do capital [que] acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo" (Harvey: 1992, 161).

Em outro trecho, Resende caracteriza com precisão o papel do Estado-nação na fase globalizada que vivemos, como sendo de "gestão-sanção dos interesses internacionalizados" (p. 35) - o que não é pouco! - e capta a prevalência, na ordem atual, do "princípio de subsidiaridade, que reserva às instâncias nacionais, regionais ou locais o tratamento de problemas específicos" (p.15). Apesar de em outra passagem o autor caracterizar o "local" como a "Segunda dimensão da globalização" (esfuma-se, aqui, o Estado-nação: é o livre fluxo do capital!), o correto reconhecimento, citado mais acima, do papel do Estado-nação e da hierarquização dos poderes mundiais coloca, no mínimo, em dúvida as figuras metafóricas "da árvore e do rizoma" anteriormente utilizadas para descrever a nova ordem global.

Por fim, parece-nos que falar de "cidadania transnacional" como "alternativa hoje concreta" e do par participação/liberdade como central em relação ao binômio trabalho/consumo é desconsiderar a realidade da maioria das nações do mundo, onde as demandas básicas de sobrevivência ainda estão longe de serem satisfeitas. Porém, a

tese principal do artigo, a "federação como alternativa democrática ('ativação democrática da vida republicana') nas relações entre as nações" revela-se de grande acuidade e lucidez na desordem do mundo contemporâneo.

Outro recente trabalho sobre a globalização que guarda similaridade com as categorizações de Resende, porém com um acentuado grau de generalidade e imprecisão, encontra-se em Ianni (1996), onde são tematizados aspectos da realidade atual do capitalismo global em relação ao trabalho, à cultura e aos problemas étnicos, urbanos e agrários. Algumas passagens extraídas do texto permitem-nos contraposições elucidativas, de nosso ponto de vista:

"São muitas e poderosas as forças características da globalização, *tornando anacrônico o estado-nação e quimérica a soberania* (...) Já não é suficiente o paradigma das relações internacionais que prioriza o estado-nação como figura principal, ator da soberania. No âmbito da sociedade global, vista como um universo de relações, processos e estruturas novos, próprios da globalização, o estado-nação perde boa parte do seu significado tradicional. As novas realidades, relações, instituições e estruturas, não só econômicas, mas também sociais, políticas, culturais, religiosas, lingüísticas, demográficas, geográficas e outras estabelecem condições e possibilidades de novos intercâmbios, ordenamentos, estatutos" (Ianni: 1996, 120, grifo nosso).

Em princípio, se o Estado-nação torna-se anacrônico, quem constitui e materializa o rol protagonista? Que conjunto de instituições o substitui? Como se vinculam e territorializam, local, regional e nacionalmente, as novas ordenações "globalizantes"? Qual é o novo significado do Estado-nação, uma vez que o mesmo continua, teimosamente, a sobreviver? O autor evita, sistematicamente, valorações sobre os processos em curso, o que nos permite supor, implicitamente, um eventual juízo positivo nas "relações e possibilidades de novos intercâmbios, ordenamentos, estatutos" nos marcos do capitalismo atual, ou de suas perspectivas: não conseguimos, porém, vislumbrar tais virtualidades sem projetar novas configurações societárias que superem, radicalmente, as realidades vigentes; como tal possibilidade atualmente não se delineia na prática, todas as afirmações cobrem-se de um véu de absoluta indeterminação.

Um pouco adiante, o autor busca atenuar as suas afirmações anteriores:

"Se é verdade que a globalização do mundo está em marcha, e tudo indica que sim, então começou [o] réquiem pelo estado-nação. Ele está em declínio, sendo redefinido, obrigado a rearticular-se com as forças que predominam no capitalismo global e, evidentemente, forçado a reorganizar-se internamente, em conformidade com as injunções dessas forças. É claro que o estado-nação, com sua sociedade nacional, história, geografia, cultura, tradições, língua,

dialetos, religião, seitas, moeda, hino, bandeira, santos, heróis, monumentos, ruínas continuará a existir. Mas não será mais o mesmo (...)" (ídem, 121).

Se o Estado-nação está sendo redefinido, quais seus novos contornos? Em que configuração ele "continuará a existir"? Se começou o "réquiem pelo estado-nação", sendo que ele "continuará a existir", "mas não será mais o mesmo", o que será então?

"A sociedade global continua e *continuará a ser* um todo povoado de províncias e nações, povos e etnias, línguas e dialetos, seitas e religiões, comunidades e sociedade, culturas e civilizações. As diversidades que floresceram no âmbito da sociedade nacional, quando esta absorveu feudos, burgos, tribos, etnias, nacionalidades, línguas, culturas, tradições, sabedorias e imaginários *podem tanto desaparecer como transformar-se e florescer (...)*" (ídem, 123-4, grifos nossos).

A passagem anterior permite o entendimento que, constitutiva e estruturalmente, não é possível afirmar, peremptoriamente, a emergência de uma "nova era". Pelo contrário, alguns outros questionamentos talvez sejam mais pertinentes à perplexidade do momento atual: é possível a superação das fronteiras e da territorialização do espaço nos marcos do capitalismo? Ou seja, é factível uma *mundialização de fato, plena e integral*, no sentido de uma redistribuição radical dos recursos produtivos e da renda voltada à multilateralidade da existência humana, nas condições do regime atual?

Não é possível, com a maior dose de otimismo analítico, sustentar tal perspectiva. Os centros decisórios e as estruturas de poder do capitalismo atual não são "desterritorializados", eles não pairam nas nuvens, antes se vinculam a interesses concretos e específicos, na maior parte das vezes com uma territorialidade bem demarcada (como exemplo, os mecanismos associados à hegemonia norte americana e a articulação de interesses ao seu redor).

Além disso, se na "época da globalização do capitalismo o mundo do trabalho torna-se realmente mundial, deixando de ser uma metáfora" (ídem, 180), onde, afinal, nós vivemos? Na sociedade global? O nosso cotidiano se define como "globalizado"? A quem nos reportamos para trabalhar, transportar-nos, alimentar-nos, cuidar da saúde e educar-nos: às autoridades globais? Como se constrói o processo de nossa auto-identificação, sem estar referenciada, prioritariamente, às realidades locais, regionais e nacionais? Mesmo as "cidades globais" expressam hegemonias de grupos nacionalmente estabelecidos. Na verdade, o capitalismo "global" implica - e sempre implicou, apesar das novas características do momento atual que, entretanto, não alteram seu caráter - mediações institucionais indispensáveis, tendo em vista a

natureza desigual e combinada da sua evolução.

A propósito, de acordo com Lúcia Bógus, os espaços urbanos inseridos no "global" são os lugares do capital; para os despossuídos, a cidade é consumida em suas "franjas", distantes da centralidade dos espaços globais: "Globalizam-se certas relações sociais, atividades econômicas, relações de trabalho, circuitos econômicos, sociais e políticos. Mas, em termos locais, no interior de cada país, particularmente, no terceiro mundo, as manifestações do fenômeno global são apenas pontuais e assumem, via de regra, caráter classista" (Bógus: 1998, 167).

Outros trechos do trabalho de Ianni, antes de ressaltar características específicas e próprias do momento atual, confirmam fenômenos atinentes à própria natureza da formação econômico-social capitalista, admitindo-se neles, porém, diferenças de grau mas não de gênero. Assim:

"Sob as mais diversas formas sociais e técnicas de organização, o processo de trabalho e produção passou a estar subsumido aos movimentos de capital em todo o mundo" (ídem, 156); "(...) todas as formas singulares e particulares de trabalho são subsumidas pelo trabalho social, geral e abstrato que se expressa no âmbito do capitalismo global, realizando-se aí" (ídem, 169).

Qual a originalidade desse fenômeno? O trabalho abstrato é condição básica da produção mercantil capitalista, subordinando a produção concreta de valores de uso. Até aqui, não há qualquer novidade que não seja atributo essencial dessa formação (na sua "vocação mundial") ou que não tenha aparecido, com diferentes intensidades, em outras épocas. Nesse sentido, a transformação do trabalho produtor de gêneros úteis para a atividade produtora de valor, a emergência do trabalho reificado, do *estranhamento*, portanto, constitui uma mudança muito mais radical, já que inaugura um novo modo de produção, característica esta não presente no momento atual.

É possível, a partir da mundialização em curso, perceberem-se mudanças na configuração dos Estados - articulações, blocos, unificação em certos casos de áreas homogêneas -, mas não a *superação* do sistema em direção a formas superiores de governabilidade em escala planetária, por estas pressupõem necessariamente a *superação simultânea de suas contradições* e modificações estruturais, de fundo, na ordem internacional.

O próprio autor reconhece indiretamente o alcance limitado das atuais configurações ao vincular o caráter marcadamente transnacional de muitos aspectos da realidade econômica ao auge das tecnologias de informação (p. 171); ou seja, um

salto de qualidade no seu aparato instrumental permite, sem dúvida, ressaltar certas virtualidades e manifestações sistêmicas, sem alterar-lhe a essência.

No plano cultural e civilizatório, o atual avanço globalizante do capital envolve as mais diversas tradições culturais, convivendo com elas, modificando-as e provocando até mesmo ressurgências. No tocante ao caráter manipulador e mercadológico das representações ideológicas propagadas pela mídia, Ianni aponta, corretamente, sua natureza:

"Em boa medida a mundialização cultural, principalmente no que se refere à cultura de massa, é grandemente realizada e orquestrada pela mídia impressa e eletrônica. Ela se organiza numa indústria cultural, inclusive como setor produtivo altamente lucrativo, de alcance mundial. Alcança os mais distantes lugares, cantos e recantos. Combinada com o *marketing* global, com o qual convive e confunde-se muitas vezes, difunde e reitera continuamente padrões e valores prevaletentes nos centros dominantes, irradiados desde as cidades globais, tecendo mercadoria e ideologia, corações e mentes, nostalgias e utopias" (ídem, 184-5).

Porém, a indeterminação, que beira a apologia dos novos recursos da mídia impressa e eletrônica, volta a dominar o discurso, quando, um pouco mais adiante, o autor a eles se refere, enaltecendo sua “eficácia na notícia e análise relativas aos mais diversos assuntos da vida da sociedade local, nacional, regional e global, do norte ao sul, do ocidente ao oriente, do relevante ao frívolo” (ídem, p. 185).

É imperativo, no nosso entender, expressar com clareza o caráter reificado da indústria cultural moderna, orientada ideologicamente para reforçar certa visão de mundo, através da celebração de valores consumistas, da concentração de notícias das sociedades capitalistas dominantes, da deliberada obliteração de questões relevantes e da fixação, quando se trata de regiões periféricas, em aspectos sensacionalistas, fúteis, ou exóticos. A suposta desterritorialização dos centros de controle e decisão é grosseira aparência para escamotear os verdadeiros interesses em jogo. É fato constatável o papel alienante do sistema de comunicação imperante no mundo face às reais necessidades de conscientização, participação, revalorização humana e difusão dos verdadeiros valores culturais dos povos (uma visão sintética, porém mais precisa e objetiva, do posicionamento de Ianni - mas que compartilha, basicamente, seus pressupostos e resultados - , pode ser encontrada em Dowbor: 1999).

Uma terceira vertente teórica procura desmistificar a globalização e nega mesmo sua existência, enquanto etapa original da evolução da humanidade ou do modo de produção capitalista, inauguradora de novos modos de agir e de pensar.

Para Hirst e Thompson - em um trabalho de referência obrigatória sobre o tema -, a globalização, da maneira como é concebida por seus defensores mais extremados, é um mito. Entre os fatores que a invalidam os autores destacam:

1 - A atual mundialização da economia tem precedentes e corresponde a um estado conjuntural da internacionalização, cujo impulso origina-se da generalização da tecnologia industrial moderna, após 1860.

2 - Empresas genuinamente transnacionais são raras; a maior parte das empresas continua a ter base nacional sólida.

3 - O investimento externo direto é altamente concentrado nas economias industriais avançadas, assim como os fluxos comerciais e financeiros, e esse domínio deve continuar (Hirst e Thompson: 1998, 15).

Desse modo, para os autores "faz mais sentido considerar o sistema econômico internacional a partir de uma perspectiva histórica mais longa, admitir que as mudanças atuais, embora significativas e peculiares, não são novidade e não envolvem necessariamente um movimento em direção ao novo tipo de sistema econômico" (ídem, 18). O que teríamos, na atualidade, é mais uma fase de economia internacional aberta, mas estamos muito longe de um modelo de economia global propriamente dito.

Mesmo concordando com os autores nos argumentos que levam à desmontagem de pilares fundamentais do chamado "pensamento único", e considerando que a ideologia da globalização tem servido para justificar a paralisia de governos nacionais e a adoção de políticas econômicas e financeiras totalmente favoráveis aos interesses de poderosos grupos internacionais, devemos registrar que mudanças importantes têm provocado alterações substanciais em todas as esferas da vida - empiricamente constatável por qualquer um em diferentes campos de atividade - e reconhecer que transformações desse vulto necessariamente envolvem um contexto novo e específico, destacando-se como uma fase ou uma etapa diferenciada em relação a outras precedentes, no interior do modo de produção capitalista:

"A especificidade da globalização econômica do final de século XX consiste na simultaneidade dos processos de crescimento extraordinário dos fluxos internacionais, acirramento da concorrência no sistema internacional, e integração crescente entre os sistemas econômicos nacional. E, demais, este processo ocorre sem o contramovimento protecionista, intervencionista e regulador, que marcou, por exemplo, o final do século XIX. Esta especificidade é particularmente importante - independentemente do fato de estarmos próximo ou distantes de um modelo de economia global - e portanto, merece um nome específico (

globalização)" (Gonçalves: 1998, 139-140).

Numa ótica próxima à de Castells, outro economista ressalta, com propriedade, a escala e a velocidade dos impactos oriundos da revolução informacional:

"Alguns autores argumentam que esse fenômeno não é de todo inédito na história. No entanto, como veremos em capítulos seguintes, a escala e a velocidade em que ocorre hoje muda a sua qualidade e torna-o peculiar. A velocidade de transmissão de dados permitida pela revolução ocorrida no âmbito das tecnologias da informação e da computação faz com que a dimensão espacial-geográfica (distâncias e localização) perca parte de sua importância. Várias decisões de natureza operacional e gerencial - um exemplo típico são os fluxos financeiros - passam a ter impactos quase instantâneos" (Dupas: 1999, 15- 6).

Uma perspectiva mais radical no tocante à globalização é assumida por Nogueira Batista Jr., que incorpora os argumentos de Hirst e Thompson e os leva mais adiante.

Para o autor, "O processo de internacionalização em curso nas últimas décadas não é nem tão abrangente e nem tão novo quanto sugerem os arautos da 'globalização'. Também não tem o caráter inexorável e irreversível que se lhe atribui com tanta frequência" (Batista Jr.: 1998, 126). As versões mistificadoras das relações econômicas internacionais "têm o propósito, ou pelo menos o efeito, de desarmar as iniciativas nacionais e remover as resistências sociais e políticas aos interesses econômico-financeiros que operam em escala internacional" (ídem, 127).

Após demonstrar que os mercados financeiros do final do século XIX e início do século XX eram mais integrados do que em qualquer período posterior (p. 134); que prevalece, no cenário mundial, uma economia internacional e não uma economia global (pp. 136-7); que a ampliação do estoque de capital se realiza preferencialmente com base em decisões nacionais de investimento e, portanto, às fronteiras nacionais continua preferencialmente referenciada a dinâmica macroeconômica (p. 142), e que as políticas nacionais ainda são a influência dominante na economia e no mercado de trabalho (p. 146), Batista Jr. reconhece os limites colocados pelo crescimento das operações financeiras externas à condução das políticas nacionais, particularmente no campo monetário-cambial, pois os "fluxos líquidos de capital podem ser menores do que nas décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial, mas o volume bruto de transações financeiras, assim como a velocidade de deslocamento internacional dos fundos, são atualmente muito maiores" (ídem, 177).

Contudo, é exatamente "a tendência à integração dos mercados financeiros", a crescente mobilidade internacional de capitais e os limites que tal mobilidade impõe aos "acordos cambiais formalizados" e aos "esforços de coordenação internacional" entre diferentes Estados nacionais (p. 178) o aspecto mais relevante do novo, a marca distintiva que faz da esfera financeira a ponta de lança da mundialização do capital (Chesnais: 1998, 11), impondo sérios obstáculos - mas não as fazendo desaparecer - à efetividade das distintas prioridades nacionais.

Em contraposição ao mito da globalização como um sistema supranacional diluidor das fronteiras nacionais e unificador do mercado mundial, Batista Jr. assevera:

"O processo de internacionalização observado nas décadas recentes não tem o alcance e muito menos o caráter universal sugerido pelo uso indiscriminado do termo 'globalização'. Está muito longe de provocar o desaparecimento das fronteiras ou ameaçar a sobrevivência do Estado nacional. É verdade que o progresso técnico e as inovações em áreas como informática, telecomunicações e finanças, combinados com a liberalização de mercados e a remoção de restrições a operações internacionais, vêm contribuindo para a maior integração das economias nacionais. Não obstante, os mercados internos continuam a preponderar, por larga margem, na absorção da produção, na geração de empregos e no financiamento dos investimentos. Além disso, os mercados de trabalho permanecem altamente segmentados por políticas restritivas de imigração e outros obstáculos à movimentação internacional de trabalhadores" (ídem, 180-1).

Gostaríamos de acrescentar as seguintes observações ao trecho anteriormente citado:

a) o autêntico "caráter universal" da globalização é intrinsecamente impossível de ser alcançado sob a ordem do capital, a qual repousa, constitutivamente, sobre antagonismos e desenvolvimentos desiguais (porém combinados);

b) o "desaparecimento das fronteiras nacionais" não ocorre, mas estas se tornam mais "fluídas";

c) a "sobrevivência do Estado nacional" não está, por ora, ameaçada, mas muda necessariamente seu funcionamento e seu escopo;

d) por sua vez, as inovações tecnológicas que, junto com a liberalização dos mercados e das operações internacionais (e das práticas neoliberais em geral), têm contribuído para a maior integração das economias nacionais e do mercado mundial, constituem um aspecto nuclear das transformações em curso, pois estão associadas à chamada "Terceira Revolução Industrial", trazendo em si novos paradigmas

tecnológicos com suas amplas repercussões - sem alteração no conteúdo do modo de produção, porém.

Por fim, no tocante à afirmação do autor de que "as corporações não devem ser caracterizadas 'transnacionais' ou 'multinacionais', mas sim como firmas nacionais com operações internacionais" (p. 181), teríamos a reparar que os vínculos dessas grandes corporações com suas origens e seus mercados nacionais tendem a se tornar menos essenciais (do ponto de vista financeiro, produtivo e comercial), bem como internacionalizam-se muito mais suas referências mercadológicas e as pressões competitivas que sofrem.

Como conclui um outro estudioso dos fenômenos da globalização:

"As ressalvas de Hirst e Thompson, assumidas por Batista Jr., são válidas no sentido de relativizar os efeitos da globalização. No entanto, exageram no argumento de que nada mudou nas relações econômicas internacionais. Contudo, o fato da parcela proporcional de volumes de comércio e investimentos em relação ao produto dos países serem hoje inferiores ao observado no início do século XVIII, não anula o fato de que este volume absoluto é infinitamente superior e representa uma profunda transformação na economia internacional, tendo em vista o advento dos recursos da telemática" (Lacerda: 1998, 38).

Um famoso economista brasileiro chega mesmo a afirmar ser "a revolução que está acontecendo neste fim de século (...) maior que qualquer outra que houve em duzentos anos" (desde a Revolução Industrial) (Furtado: 1999, 95).

Completaremos esta resenha com algumas referências que, *no seu conjunto*, parecem captar com maior acuidade e objetividade os aspectos relevantes das transformações contemporâneas, direta ou indiretamente associadas à globalização.

Iniciaremos pelo reconhecimento da importância dos sistemas de poder interestatal e dos padrões monetários internacionais para os desenvolvimentos econômicos nacionais, o qual constituiu, na visão de Fiori, o "primeiro grande erro de previsão da economia política clássica" ("um tema clássico dos mercantilistas e que foi abjurado por liberais e marxistas"), isto é, a suposição do crescimento e difusão *universais* da riqueza capitalista e seu corolário, a diminuição do poder e da competição entre os *Estados territoriais*, "que deveriam ser substituídos pelos mercados ou - na fórmula utópica kantiana - por uma grande e única confederação mundial" (Fiori: 1999a, 16-7). Tal absolutamente não ocorreu: Estados e moedas continuaram desempenhando um rol crescentemente protagonico no cenário mundial.

A expansão contraditória e conflitiva da ordem política internacional

responsável pela gestão política do sistema capitalista sempre esteve submetida a um "duplo movimento", constituído pelas tendências da globalização e da territorialização:

"(...) por um lado, o princípio e a utopia liberal de um mundo sem fronteiras e sem poderes políticos conflitivos. O sonho cosmopolita de Kant, presente em todos os pensadores liberais, e que reaparece periodicamente associado aos grandes surtos de internacionalização ou globalização do capital. Mas esse princípio é permanentemente negado e superado pelo princípio da territorialidade, que alimenta a *Realpolitik*, defendida por Maquiavel a por todos os pensadores mercantilistas ou nacionalistas. O princípio liberal objetivava a construção de uma ordem transnacional baseada na existência de regimes e instituições legitimadas coletivamente. Já o princípio da territorialidade vê o fortalecimento do poder dos Estados como única forma de manutenção da paz, baseada em um equilíbrio instável de poder" (Fiori: 1999b, 61).

O que nos remete à função dos Estados nacionais como legitimadores/garantidores da ordem capitalista transnacionalizada nos espaços nacionais - objeto de discussão mais aprofundada em outro tópico da presente investigação -, propriedade esta já notada por Hilferding, muitos anos atrás: " (...) o capital financeiro para manter e ampliar sua superioridade precisa de um Estado politicamente poderoso (...), um Estado forte que faça valer seus interesses no exterior (...) e que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento" (citado em Fiori: 1999b, 62). Isso não poderia ter sido dito de modo melhor para caracterizar o papel do governo norte-americano na atualidade.

Por outro lado, "apesar de uma economia mundial e de uma civilização planetária ganharem uma autonomia crescente diante das realidades nacionais, elas são ainda dependentes dessas bases nacionais e locais", sendo pois imprescindível "pensar as estruturas de poder nacionais dentro das correlações de força de cada país, que podem variar em função de sua articulação com as forças econômicas e políticas vindas do exterior, mas que dificilmente poderiam ser substituídas permanentemente por elas" (Dos Santos: 1993, 88).

De acordo com Wallerstein, "sejam quais forem as políticas governamentais (...), o que se desenvolve não são os países. O que se desenvolve é somente a economia-mundo capitalista e essa economia-mundo é de natureza polarizadora"; por outro lado, esta "se desenvolve com tanto sucesso que está destruindo-se, e por isso nos defrontamos com uma bifurcação histórica que aponta para a desintegração deste sistema-mundo, sem que nos seja oferecida garantia alguma de melhoria na nossa existência social" (Wallerstein: 1999, 223).

Enfim, a globalização

"(...) não é um processo isento de contradições. Seus impactos e perspectivas são diferenciados, e as alternativas abertas a cada país dependem, exatamente, das opções feitas pelas suas forças sociais e políticas internas e coordenadas por seus estados nacionais. Não há um receituário válido *urbi et orbi*. E, além disto, seja qual for a opção nacional de cada um, segue sendo tarefa intransferível de cada Estado, e isto ainda mais fortemente no caso da estratégia liberal, manter os laços materiais e éticos entre classes e regiões cada vez mais desiguais entre si" (Fiori: 1998, 250).

A tendência geral de longo prazo é inequívoca: a grande maioria da população se distancia cada vez mais dos padrões de riqueza do Ocidente. Isso ocorre porque "a riqueza dos Estados do núcleo orgânico é análoga à riqueza oligárquica de Harrod [categoria estabelecida pelo economista norte-americano Roy Harrod e que significa um tipo de riqueza, em oposição à 'riqueza democrática', que 'não tem qualquer relação com a intensidade e eficiência dos esforços de seus receptores e nunca está disponível para todos, não importa quão intensos e eficientes são seus esforços']. Não pode ser generalizada porque se baseia em processos relacionais de exploração e processos relacionais de exclusão que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população mundial" (Arrighi: 1997, 217).

4. Considerações Finais

Ao longo do presente trabalho, buscamos compilar criticamente algumas posturas teóricas acerca do processo de globalização da economia capitalista contemporânea e confrontá-las com alterações reais no padrão produtivo e no sistema financeiro que servem de base à permanente projeção transnacional do capital, daí extraindo algumas reflexões que podemos resumir, conforme segue:

1. A vocação mundializante do sistema capitalista é uma determinação primária de sua evolução histórica, fator constitutivo básico de sua dinâmica produtiva e financeira;
2. Às fases de expansão financeira correspondem, geralmente, avanços na internacionalização do capital, vinculados à superação das crises de realização de produção e, simultaneamente, à busca de novos mercados e novos espaços de valorização;
3. Associado aos dois processos anteriormente descritos situa-se o incessante - e contraditório - avanço no desenvolvimento das forças produtivas, lógica vital do

capitalismo, absorvendo e recriando espaços no propósito de eliminar as barreiras estruturais antepostas ao livre curso da acumulação de riqueza;

4. A crise do padrão de regulação fordista, em meados da década de 70 do presente século, desafiou a ordem do capital mundial a gerar as condições para a superação do esgotamento dinâmico do padrão de acumulação anterior, através de um conjunto de transformações consubstanciadas na chamada "Terceira Revolução Industrial" - ou "Revolução Científico-Técnica" -, na internacionalização do capital financeiro, na readequação do sistema de Estados-nação e na flexibilização dos mercados de trabalho;

5. Os elementos que permitem caracterizar a fase de transição atual do capitalismo como constitutiva de um novo padrão de acumulação, ainda em formação e eivado de potencialidades conflitivas, apenas *reforçam e reintroduzem, sob feições atualizadas, as contradições básicas, os limites estruturais, as motivações intrínsecas e os componentes endógenos e antagônicos da lógica capitalista*; no entanto, se a crise sistêmica permite a constatação teórica e prática de suas manifestações, as complexidades da práxis contemporânea impedem a determinação objetiva do agente social das transformações possíveis;

6. Nesse contexto, o sistema de Estados-nação, apesar de significativamente recomposto, mantém a sua funcionalidade insubstituível para a reprodução capitalista, como elo fundamental da governabilidade nacional, regional e global, e da gestão do conflito capital-trabalho, territorialmente demarcado;

7. A mundialização de fato, plena e integral, inauguradora de um novo convívio humano, passível de fundar um novo regime de trabalho, voltado à superação dos estranhamentos e ao desenvolvimento da multilateralidade de existência humana, é incompatível com a ordem do capital, em quaisquer dos seus desdobramentos possíveis e imagináveis;

8. A *perspectiva universalizante*, por seu turno, reforçada pela atual arquitetura produtiva e financeira mundial, é condição essencial para a viabilidade de qualquer projeto de transformação social e econômica que aponte para uma alteração radical do ordenamento vigente. As dificuldades atuais e as insuficiências no tocante aos agentes dessa transformação não devem implicar perder de vista tal dimensão fundamental.

Referências Bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni (1997). *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.
- BATISTA Jr., Paulo Nogueira (1998). Mitos da "Globalização". In: *Estudos Avançados* 12 (32). USP, São Paulo.
- BELL, Daniel (1976). *The Coming of Post-Industrial Society*. Harmondsworth, Penguin Books.
- BOGUS, Lucia Maria Machado (1998). Globalização e Migração Internacional: O que há de Novo nesses Processos? In: DOWBOR, L., IANNI, O e RESENDE, P. (orgs.), *Desafios da Globalização*. Petrópolis, Vozes.
- BRIDGES, William (1995). *Um Mundo sem Empregos: Os Desafios da Sociedade Pós-Industrial*. São Paulo, Makron Books.
- CASTELLS, Manuel (1999). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - Vol. I: A Sociedade em Rede*. São Paulo, Paz e Terra.
- CHESNAIS, François (1996). *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã.
- _____ (1998). Introdução Geral. In: CHESNAIS, F. (coord.), *A Mundialização Financeira: Gênese, Custos e Riscos*. São Paulo, Xamã.
- DOS SANTOS, Theotonio (1983). *Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo*. Petrópolis, Vozes.
- _____ (1993). *Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável*. Petrópolis, Vozes.
- DOWBOR, Ladislau (1999). Capitalismo: novas dinâmicas, novos conceitos. In: *Cadernos PUC Economia* 8. São Paulo, EDUC.
- DRUCKER, Peter (1997). *A Sociedade Pós-Capitalista*. São Paulo, Pioneira.
- DUPAS, Gilberto (1999). *Economia Global e Exclusão Social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo*. São Paulo, Paz e Terra.
- FIORI, José Luís (1998). *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis, Vozes.
- _____ (1999a). Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (org.), *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis, Vozes.
- _____ (1999b). Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, J. L. (org.), *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis, Vozes.
- FURTADO, Celso (1999). *O Longo Amanhecer: Reflexões sobre a*

Formação do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GONÇALVES, Reinaldo (1998). Economia Internacional ou Globalização?
In: FIORI, J. L., LOURENÇO, M. S. e NORONHA, J. C. (orgs.), *Globalização: o Fato e o Mito*. Rio de Janeiro, EDUERJ.

_____ (1999). *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo, Paz e Terra.

HARVEY, David (1992). *Condição Pós-Moderna: uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo, Loyola.

HOBSBAWM, Eric (1995). *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo, Cia. das Letras.

IANNI, Octavio (1996). *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

KUMAR, Krishan (1997). *Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: Novas Teorias sobre o Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

LACERDA, Antônio Corrêa de (1998). *O Impacto da Globalização na Economia Brasileira*. São Paulo, Contexto.

RESENDE, Paulo-Edgar de Almeida (1998). A Federação como Alternativa Democrática nas Relações entre as Nações. In: DOWBOR, L., IANNI, O e RESENDE, P. (orgs.), *Desafios da Globalização*, Petrópolis, Vozes.

RIFKIN, Jeremy (1995). *O Fim dos Empregos: O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo, Makron Books.

SANTOS, Milton (1996). *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo, Hucitec.

WALLERSTEIN, Immanuel (1999). A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In: GENTILI, P. (org.), *Globalização Excludente: Desigualdade, Exclusão e Democracia na Nova Ordem Mundial*. Petrópolis, Vozes.

